ATA Nº 209

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, com as seguintes presentes: Kátia Nilvan Cardoso Bressan, Mirela Fortunato Goulart, Adriana Soares Felisbino, Maristela da Silva Francisco, Francielly Bitencourt, Maria Aparecida Caprestano, Conceição Aparecida dos Santos Fogaça, Jéssica Freitas dos Santos, Stael Becker Stupp da Rocha, além da ouvinte Taise M. Claudino Cordeiro. A Presidente Stael deu início à reunião cumprimentando os presentes e, em seguida, passou a palavra à secretária executiva, Marília, que deu início a leitura da pauta: Correspondências expedidas: ofício nº 35; Correspondências recebidas: ofício nº 65 da OAB, contendo convite da Subseção de Tubarão, por meio da Comissão “OAB por Elas”, para participação no Curso de Introdução de Novos Advogados, com enfoque no projeto “OAB por Elas”, a ser realizado no dia 09 de junho, às 18h, na sede administrativa da OAB; Resolução nº 003/2025, que aprova o Plano de Aplicação do Conselho; Aprovação das atas nº 206, 207 e 208; Decreto nº 8.605, que convoca a 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas para as Mulheres; Resultado da Conferência Regional realizada em 17 de junho; Outras deliberações. A presidente informou que os vereadores Mateus Madeira, Paula e Maurício finalizaram o Projeto de Lei que institui à criação de grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher. Embora estivesse previsto para ser votado, a vereadora Paula solicitou análise prévia da Secretaria de Assistência Social. A presidente manifestou sua insatisfação com essa solicitação, por entender que a matéria não compete diretamente à secretaria. Ressaltou que o projeto é urgente, diante da realidade local, com 40 medidas protetivas expedidas por mês e mais de 4.200 casos registrados. A conselheira, Maristela, reforçou a importância do envolvimento do Legislativo e do Executivo na implementação de políticas públicas efetivas. Foi feito um balanço da 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em 17 de junho, destacou-se a ausência de representantes de alguns municípios, como Braço do Norte e Imbituba. A presidente mencionou que está em articulação com a Sra. Ivânia para consolidação da lista de delegadas e preenchimento do relatório final, que deve ser enviado até 30 de junho ao governo estadual. Apontou-se a dificuldade de engajamento das gestões municipais em compreender e apoiar a realização das conferências e a estruturação dos conselhos. Reiterou-se a importância da formação dos conselhos nos municípios vizinhos e da articulação regional, inclusive com a troca de experiências em eventos como o Encontro de Mulheres Municipalistas. A Conferência Nacional de Politicas Públicas para as Mulheres, será realizada em Brasília nos dias 29, 30 e 31 de outubro e a etapa Estadual ocorrerá nos dias 27 e 28 de agosto, em Florianópolis. Foram indicadas como delegadas para a Etapa Estadual as seguintes conselheiras: pela representação governamental, as Sras. Kátia Nilvan Cardoso Bressan e Maristela da Silva Francisco; pela representação não governamental, as Sras. Aleida C. Corrêa e Stael Stupp da Rocha. Como representantes da sociedade civil foram indicadas as Sras. Thais e Victória. Foram designadas como suplentes a Sra. Ketelen Camilo Bitencourt (governamental) e a Sra. Conceição Aparecida dos Santos Fogaça (não governamental). Enfatizou-se a importância da mobilização do Conselho para garantir que os temas debatidos sejam efetivamente encaminhados como políticas públicas. Destacou-se, ainda, o papel fiscalizador e

deliberativo do Conselho e a necessidade de independência em relação ao Executivo e ao Legislativo para atuar de forma eficaz. A Conselheira Kátia convidou as conselheiras para participarem da 1ª Conferência Intermunicipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema: “Envelhecimento, Multiculturalismo e Democracia”, a ser realizada no dia 26/06/25, às 13h, no Bloco Pedagógico da UNISUL, reforçando a urgência de debater os direitos e a inclusão da pessoa idosa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.